



04.12.2005

O direito reprodutivo

O direito reprodutivo

Por que o programa de planejamento familiar brasileiro, um dos mais avançados do mundo, não funciona para quem mais precisa - a população pobre do país?

"Tenho 34 anos, sete filhos e sou doméstica", conta Lucia Helena de Melo de Souza.

O direito reprodutivo é parte dos direitos humanos, reconhecido em leis e acordos internacionais.

"Não conhecia nada porque o meu pai sempre foi rude", diz Lucia Helena.

O direito reprodutivo é o direito básico de toda pessoa de decidir quantos filhos quer e quando quer ter cada filho - sem discriminação, coerção ou violência.

"Foram sete filhos e nenhum deles foi planejado", continua Lucia Helena.

Toda pessoa deve receber as informações e ter acesso aos meios necessários para exercer esse direito.

"Se eu tivesse tido alguém para me orientar ou me ensinar, não teria tido tantos filhos", acrescenta Lucia Helena.

"Eu queria estudar e ser enfermeira", revela Lucia Helena.

Durante muito tempo, a principal função da mulher era a reprodução. Mas no século passado, esse quadro mudou radicalmente. E, a partir dos anos 60, as mulheres levantaram a bandeira da liberdade sexual. Vinte anos mais tarde, em Cacual, no estado de Rondônia, Lucia Helena, adolescente ainda, teve a primeira filha.

"Mudou em tudo. Eu tive que deixar o meu sonho de lado para trabalhar e criá-la. O pai nunca ajudou em nada, não quis registrar. Eu fui lutar. Dormi na rua com ela, aprendi muita coisa nas ruas com minha filha do lado", conta Lucia Helena.

Em agosto de 1960, chegou ao mercado o primeiro anticoncepcional oral. A pílula provocou uma revolução na vida sexual feminina e levou a uma redução drástica da taxa de natalidade mundial. No Brasil, 45 anos depois, a mulher pobre, que depende da saúde pública, ainda está fora dessa revolução. A ela é negado o direito fundamental, básico, de decidir o número de filhos que realmente quer ter.

"A vida está muito difícil para criar, educar. Está difícil e o mundo não está bom", comenta Lucia Helena.

Existe no mercado uma quantidade enorme de métodos anticoncepcionais. Por que esses métodos não chegam à população mais pobre.

"Acho que desde cedo, sempre tivemos uma resistência ao planejamento familiar no Brasil. Na década de 70, tivemos grupos que foram contra o controle da fecundidade. Por um lado, os militares eram contra essa regulação. Os grupos feministas. A Igreja também sempre esteve contra todas essas questões", comenta Suzana Cavenaghi, demógrafa do IBGE.

Em 1983, mais de 20 anos atrás, o planejamento familiar foi, pela primeira vez, incluído num programa do Ministério da Saúde. Nessa época, Lucia Helena já tinha três filhos e foi tentar a vida no Rio de Janeiro, onde conheceu Gildo. Foi uma gravidez depois da outra.

“Tivemos quatro filhos”, conta Gildo.

Gildo está desempregado e faz pequenos biscates. Lucia Helena é doméstica. Juntos, com uma renda que não chega a R\$ 1 mil, têm que alimentar e educar sete filhos.

“O mais difícil é o filho pedir uma coisa e você não ter condição de dar. Eles pedem biscoito e às vezes eu não tenho dinheiro pra comprar. Digo que a mamãe vai trabalhar e comprar no dia seguinte”, conta ela.

E agora, além dos filhos, existe Gabriel, o neto. Mislene, a filha mais velha, teve um bebê aos 16 anos.

“Ela ficou dois anos com a cabeça virada, sem querer ir para a escola. Perdeu dois anos. O futuro da minha filha é péssimo”, prevê Lúcia Helena.

Mislene tinha nove anos em 1997, quando o direito ao planejamento familiar virou lei no Brasil.

“Por um lado, estou repetindo a história da minha mãe. Por outro, acho que não, porque quero ficar só nesse, estou decidida”, diz Mislene.

A médica Tânia Lago participou da regulamentação da lei do planejamento familiar

“A lei diz que é obrigação do governo brasileiro oferecer informações e métodos anticoncepcionais para todas as pessoas do país. O problema é que a lei não diz quais são as tarefas de cada nível de governo. Então governo federal, estadual e as prefeituras ficam empurrando entre si a sua obrigação”, alerta Tânia.

Quando a mulher chega no posto de saúde e não encontra pílula ou possibilidade de acesso a outros métodos ela deve cobrar de quem?

“O Ministério da Saúde não tem gerência sobre os serviços de saúde. Os hospitais maiores, os serviços de referência, estão sob o controle das secretarias estaduais, mas os ambulatórios e postos são geridos pelos municípios. De qualquer forma, é bom que o ministério seja informado porque o governo federal é o principal financiador do SUS”, diz o ministro da Saúde, Saraiva Felipe.

O governo federal financia o Sistema Único de Saúde (SUS) com o dinheiro dos impostos. E para ouvir o contribuinte tem um serviço que, por telefone, recebe e encaminha cobranças e reclamações. O número do Disque-Saúde quase não é conhecido: 0800 611997.

Irene de Jesus fez uma ligação para o Disque-Denúncia. Ela demorou quase dois minutos para ser atendida. Ela quer reclamar: está tentando fazer a laqueadura e não está conseguindo.

Quase 12 minutos depois, Irene ainda está tentando entender o que precisa fazer para conseguir realizar o procedimento. A atendente explica que ela deve ter um documento dizendo que quer fazer a cirurgia e que sabe dos riscos. Ela pergunta onde consegue o documento, mas a atendente não sabe informar.

“Senhora, eu não sei informar se é algum papel específico que você tem que entregar”, diz a atendente.

No século 21, ter filhos já não é, há tempos, a principal função da mulher. O acesso a todos os métodos anticoncepcionais, incluindo laqueadura e vasectomia de graça para as pessoas com mais de 25 anos ou dois filhos vivos, como diz a lei do planejamento familiar, deveria garantir às mulheres pobres o mesmo direito daquelas que podem pagar.

De quem é a culpa disso?

“Há vários problemas. Primeiro, os governantes e os políticos brasileiros temem muito a posição da Igreja Católica, que os ameaça em época de eleição. Muitas vezes, o governante não põe esforço na realização de um programa de planejamento familiar, não informa as pessoas de que isso vai acontecer e que elas podem procurar o SUS para receber anticoncepcionais, com medo dessa pressão”, analisa Tânia Lago.

A Igreja proíbe qualquer os fiéis de usar qualquer tipo de anticoncepcional. O Vaticano aceita apenas que o casal deixe de fazer sexo durante o período fértil da mulher.

Em 2004, com 33 anos, Lucia Helena foi avó. Hoje, aos 35, Irene tem uma filha de 16 anos que está grávida.

“Eu não queria isso porque pensava que ela ia passar tudo o que eu passei na minha vida”, diz Lucia Helena.

Os estudos mostram que nos lugares, nos quais muitas mulheres são mães de poucos filhos, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) aumenta. As mães querem o melhor para os filhos e se organizam: lutam para conseguir creches, escolas, transporte. Mas quando essas mães têm, cada uma, muitos filhos, o quadro se inverte, porque todas as forças dessas mães são empregadas unicamente para garantir a sobrevivência dos filhos: o lugar fica mais pobre.

Muita gente quando vê uma mulher muito pobre na rua, maltrapilha, com aquele bando de crianças pedindo esmola, diz que é irresponsabilidade dela. Tânia Lago discorda.

“As mulheres pobres brasileiras estão com todo o ônus, pagando todo o preço por ter ou por não ter filhos”, diz a médica.

Mislene espera mais do futuro, antes de ficar grávida.

“Eu achava que meu futuro ia ser brilhante, eu gostaria de seguir uma profissão. Mas agora é impossível. Gostaria de ser atriz, mas agora não dá mais”, diz a menina, de 17 anos.

Existe a consciência de que os mais pobres têm dificuldades de ter acesso aos métodos anticoncepcionais. Mas o choque quando se viaja pelo Brasil é grande. A situação é muito mais grave do que se imagina. Faltam pílulas, o DIU não está disponível. Conseguir laqueadura ou vasectomia é quase impossível. O descaso e a irresponsabilidade vêm do governo federal, estadual e das prefeituras que não cumprem a lei do planejamento familiar. E da sociedade que se cala, finge que não enxerga. O acesso aos métodos anticoncepcionais não é favor, esmola, é um direito garantido por lei a todos os brasileiros.

A série “Os filhos deste solo” termina com esse episódio. Mas na semana que vem vamos mostrar os métodos anticoncepcionais que os brasileiros têm direito de exigir nos postos de saúde.

Você pode obter informações estatísticas sobre métodos contraceptivos e todos os assuntos abordados em cada episódio da série no link abaixo.

 **Métodos contraceptivos** Dados estatísticos sobre os métodos contraceptivos utilizados no Brasil

Encontre essa reportagem em:

<http://fantastico.globo.com/Jornalismo/Fantastico/0,,AA1084460-5008,00.html>